



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Dissecar as Camadas de Instabilidade no Sahel: o Caso da Mauritânia

POR CÉDRIC JOURDE

- ◆ As ameaças à segurança no Sahel caracterizam-se por camadas de interesses interligados e transversais a níveis local, nacional e regional.
- ◆ O desconhecimento destas dinâmicas complexas por parte dos parceiros internacionais torna-os vulneráveis à manipulação de agentes nacionais ilegítimos.
- ◆ A cooperação regional contra o tráfico ilegal e o terrorismo transfronteiras está paralisada por governos convencidos de que o perpetuar da instabilidade beneficia o seu posicionamento internacional.

DESTAQUES

Até há pouco, o Sahel (*as-Sahil*), literalmente a “costa” do “mar” do Saara, raramente era notícia. No entanto, a expansão das redes de tráfico ilícito e do terrorismo islâmico internacional—e o risco cada vez maior que os mesmos representam para a estabilidade na região e a segurança internacional—atrai uma atenção crescente. Estas preocupações tenderão a aumentar à medida que a Al-Qaida no Magrebe Islâmico (AQMI) procure aproveitar as oportunidades criadas pela Primavera Árabe para se restabelecer no Norte de África, enquanto os governos de transição da região dedicam grande parte do seu esforço à reconstrução das instituições do estado. Um Norte de África instável, e em particular a Líbia, poderia, com efeito, exacerbar a insegurança no Sahel à medida que chegam à região armamentos e mercenários treinados.

Ao mesmo tempo que as atenções se viram para o Sahel, subsistem lacunas de análise que perpetuam uma visão superficial das dinâmicas de instabilidade na região e que resultam em respostas deficientes. Para lá das ideias comuns sobre os países e os terroristas e contrabandistas que actuam num território escassamente povoado, existe uma realidade mais complexa. As rivalidades entre grupos tribais, o estado, os interesses privados de funcionários governamentais, de castas, e diversos outros factores, provocam mutações constantes nos entendimentos políticos e económicos a nível local e regional. A compreensão dessas camadas de influência é vital para fazer frente aos desafios de segurança que a Mauritânia enfrenta e, em termos mais abrangentes, o Sahel.

MUÇULMANO, ESCASSAMENTE POVOADO E FRACO?

O prisma mais utilizado pelos analistas para definir a situação da Mauritânia salienta a extensão do território, composto maioritariamente de um deserto praticamente despovoado, no qual vivem os 3,2 milhões de habitantes. É também um dos países mais pobres do mundo. As autoridades do país não dispõem de suficientes recursos financeiros nem de poderes adequados, o que impede o controlo do seu vasto território. Somando a este quadro factores culturais como, por exemplo, o facto de ser um país predominantemente muçulmano, a Mauritânia, tal como a maioria dos seus vizinhos na região, representa um refúgio fácil e atraente para traficantes e grupos armados, como os grupos internacionais do terrorismo islâmico.

Uma série de acontecimentos recentes permite confirmar esta afirmação. Registaram-se desde 2005 diversos ataques mortíferos de grupos terroristas contra guarnições militares em áreas remotas da Mauritânia. Embaixadas estrangeiras foram alvo de ataques bombistas e atentados suicidas. Turistas ocidentais e trabalhadores que prestam assistência humanitária têm sido assassinados e raptados desde Dezembro de 2007 por extremistas islâmicos, para obtenção de resgates. Em 2010, um grupo de bombistas suicidas foi interceptado e neutralizado em Nouakchott antes de conseguir atingir o seu alvo. Nos últimos dois anos, as forças de segurança da Mauritânia confrontaram-se diversas vezes com grupos armados junto à fronteira com o Mali (numa ocasião, em 2010, com o apoio de tropas francesas). Noutros países do Sahel, como o Níger, a situação também é problemática. Cinco funcionários da empresa nuclear francesa AREVA foram raptados e continuam reféns até hoje, e no centro da capital do Níger dois jovens franceses foram raptados e morreram horas mais tarde num confronto entre os seus captores e forças especiais francesas.

Estes actos de violência têm sido levados a cabo por batalhões (*katiba*) e pequenas brigadas (*saraya*)

pertencentes à organização terrorista islâmica mais activa na região, a Al Qaida no Magrebe Islâmico, mais conhecida pela sigla AQMI. No entanto, o julgamento e condenação à morte de três mauritanos por ligações ao terrorismo, em Outubro de 2010, revela a participação de grupos extremistas locais como o *Ansar al-Islam* (Partidários do Islão) e o *Ansar Allah al-Murabitun fi Bilad al-Shinqit* (Mauritanos Partidários de Deus no País de Shinqit).¹

A instabilidade na região também é alimentada pelo extenso contrabando transfronteiriço, directamente através do tráfico de armas e dos combatentes contratados e também devido aos enormes lucros que rende aos grupos terroristas e seus parceiros, que os reinvestem em actividades criminosas.

Os “suspeitos do costume” pela insegurança no Sahel—Islão, território imenso e desabitado, estados fracos—têm inegavelmente um papel importante na instabilidade regional, mas não chegam para explicar todas as suas causas.² Por vezes, é o estado o instigador da violência armada, como aconteceu entre 1989 e 1990, no massacre de centenas de *Haalpulaaren*, *Sooninko* e *Wolof*—minorias étnicas conhecidas por “Africanos Negros”—às mãos de oficiais de língua árabe das forças de segurança da Mauritânia. A matança foi acompanhada pela deportação violenta de cerca de 80 mil outros. A lei de amnistia que protege as forças de segurança de todo e qualquer processo judicial por abusos no passado perpetua as injustiças e aprofunda a desconfiança em relação ao estado e às forças de segurança.

Não só a instabilidade no Sahel é mais complexa do que parece, como também o são os intervenientes envolvidos, as razões dos conflitos que os opõem e os cruzamentos das dinâmicas locais, nacionais e regionais.

SOBREPOSIÇÃO DAS MICROPOLÍTICAS E RIVALIDADES REGIONAIS

Os analistas de segurança do Sahel traçam geralmente uma perspectiva global para só depois se centrarem nas políticas internas de cada país. Só que raramente se debruçam o suficiente sobre os pormenores, o que seria no entanto indispensável para quebrar velhos mitos que subjazem a muitas análises da situação na região.

Tomemos o caso dos tráficos clandestinos que atravessam o Sahel, abrangendo desde cigarros e viaturas roubadas e drogas, armamentos, e mesmo seres humanos.

O Dr. Cédric Jourde é Professor Adjunto na Faculdade de Estudos Políticos da Universidade de Otava, no Canadá. A sua investigação centra-se no tema das identidades dos países do Sahel e nas dinâmicas de mudança e sobrevivência dos regimes.

Estas actividades evoluíram para uma “economia da instabilidade” vasta e ramificada, que envolve interesses comerciais e alianças e rivalidades entre funcionários do estado, tribos ou facções de tribos. Tribos como os *Rgueybat*, que habitam territórios da Mauritânia, de Marrocos e do Saara Ocidental, ocupam há muito vastas áreas que ultrapassam as fronteiras internacionais. Alguns grupos, como os *Ideybussat* e os *Tajakant*, bem sucedidas nos negócios, espalharam-se para além da região do golfo Pérsico, onde se dedicam ao comércio em centros comerciais da região, em Dubai e Abu Dhabi.³

A competição pelo domínio deste comércio transfronteiriço existe há décadas e explica até certo ponto a conflitualidade entre tribos e clãs. No norte do Mali, o contrabando “continua a ser um símbolo, há muito acarinhado, de autonomia e controlo. Influencia de forma considerável as práticas sociais e as alianças políticas”.⁴ Mais complexo ainda é o facto de o tráfico transfronteiriço ser condicionado não apenas por políticas de grupo mas também por indivíduos. Devido às estruturas e tradições tribais, é por vezes mais a personalidade individual que “faz” a tribo do que o inverso.⁵ As diferenças de influência e autoridade reduzem-se assim muitas vezes à força de indivíduos com interesses opostos.

Na política local também são ténues as distinções entre interesse público e privado. Não é segredo que funcionários das regiões fronteiriças da Mauritânia (membros das forças armadas, administração das alfândegas e outros) se servem dos cargos que ocupam e respectivos recursos em benefício de interesses pessoais ou do clã a que pertencem. Do mesmo modo, “muitos funcionários do estado nos dois lados da fronteira do Mali com a Argélia encaram o lugar que ocupam no aparelho de estado como forma de alimentar a solidariedade tribal com o dinheiro do estado”.⁶ Nas zonas habitadas pelos tuaregues malianos, “os agentes alfândegários e os contrabandistas pertencem muitas vezes ao mesmo clã”.⁷

Dizer que o estado não tem capacidade para controlar o comércio ilegal não explica bem o problema. De facto, alguns militares de alta patente, assim como membros das suas famílias e tribos, são elos fundamentais desta economia clandestina e estão envolvidos em lutas de poder local, o que cria tensões aparentemente insanáveis: o estado enquanto entidade abstracta é ameaçado pelo comércio ilícito, no qual participam

simultaneamente muitos agentes do estado. Pode dizer-se com verdade que o estado da Mauritânia precisa de mais tecnologia, de equipamentos de vigilância, de mais veículos e efectivos, mas não é essa a questão essencial. O facto de os funcionários do estado desenvolverem actividades privadas, sociais e políticas incompatíveis com os interesses do estado indica que o problema é mais político do que técnico. A lealdade à etnia, tribo, clã ou rede pessoal supera às vezes a lealdade ao estado.

Outra ideia comum mas pouco convincente é a de o Sahel visto como “terra de ninguém”. Apesar da vastidão do deserto, as áreas hoje povoadas são limitadas. Toda a actividade humana—seja turismo, nomadismo, tráfico ou terrorismo—se apoia nas principais rotas terrestres da região e converge para localidades com água e condições de reabastecimento. Para estes povoados locais convergem também, naturalmente, os islamistas armados, contrabandistas e outros grupos que se dedicam a actividades clandestinas.

“a lealdade à etnia, tribo, clã ou rede pessoal supera às vezes a lealdade ao estado”

Com efeito, muitos líderes do AQMI são argelinos e teriam muita dificuldade em navegar o terreno complexo do Sahel sem o apoio das comunidades locais. A estratégia de penetração da AQMI nestas comunidades é pragmática. O apoio da comunidade local decorre, por sua vez, de uma série de queixas contra o governo nacional (“o inimigo do meu inimigo meu amigo é”), associadas a interesses privados e motivações ideológicas. No mínimo, as comunidades tomam consciência da presença destes grupos. Além disso, alguns funcionários do estado são oriundos destas povoações remotas e outros estão situados na vizinhança e têm ligações com elas. Mais uma vez, são as micropolíticas que se sobrepõem aos interesses do estado.

ISLAMISMO E LUTAS LOCAIS DE PODER

Os grupos locais interpretam cada um à sua maneira as práticas e a ideologia dos movimentos islamistas. Relacionam-se com eles, rejeitam-nos ou adoptam-nos. Apesar de toda a população da Mauritânia e da maioria no Sahel ser muçulmana, a identidade religiosa é influenciada e condicionada por outros factores.

Castas. A maioria dos grupos étnicos do Sahel funda-se numa hierarquia de castas, que definem o estatuto social. Estas não são rígidas, alteram-se com o tempo e são geograficamente idiossincráticas mas ainda afectam a forma como as pessoas vivem e, por isso, a forma como se relacionam com o islamismo. Muitos líderes mauritanos da AQMI, por exemplo, provêm das tribos “livres” *Zwaya*, as camadas mais altas da sociedade árabe do sudoeste. Os *Zwaya* têm uma tradição de estudo da religião e são oriundos destas tribos os líderes religiosos da região (*ulama*, *qadi*, *Imãs* e outros) que gerem as escolas religiosas tradicionais (madrassas, chamadas *mahadra* na Mauritânia). Em contrapartida, a grande maioria de *Haratin*, “cativos livres” das camadas inferiores da sociedade árabe, são extremamente pobres e dificilmente progredem na escala socioeconómica. Muitos *Haratin* têm por isso assim seduzidos pelo discurso igualitário (“todos iguais perante Deus”) dos movimentos islamistas como o *Tabligh wa Da’awa*. Fundado na Índia nos anos 1920, este grupo ortodoxo mas não violento tornou-se a maior agregação islamista do mundo. Defende a re-islamização das sociedades muçulmanas da base para o topo e rejeita por isso a hierarquia de casta e todas as distinções étnicas ou raciais. Grupos violentos como a AQMI, que atraem muito menos seguidores, também utilizam um discurso contestatário e igualitário, que rejeita distinções étnicas, nacionais e raciais. Isto pode explicar o facto de serem *Haratin* os únicos dois bombistas suicidas da Mauritânia.

Etnia. O islamismo na Mauritânia não pode ser compreendido à margem da história das lutas étnicas de poder. Na Mauritânia, poucos são os activistas de grupos islamistas provenientes das minorias étnicas *Haalpulaar*, *Sooninko* e *Wolof*, do vale do rio Senegal, apesar de todas elas serem muçulmanas, haverem sido frequentemente alvo de perseguição das forças de segurança e representarem quase 30 por cento da população. Isto explica-se sobretudo pelo facto de os negros terem sempre sido excluídos das lutas de poder travadas em nome de identidades etno-raciais. Os movimentos islamistas são muitas vezes incapazes de ultrapassar diferenças que os impedem de recrutar pessoas fora da comunidade árabe. Efectivamente, nas aldeias do vale do rio Senegal e bairros de Nouakchott onde se estabeleceram as minorias negras, muitos encaram o islamismo como a reencarnação de uma velha ideologia “nacionalista árabe” que favorece a “arabidade”

da Mauritânia em detrimento das suas comunidades não-árabes.

No Mali e Níger, cujos governos são dominados por “etnias do Sul” (ou Africanas), a marginalização económica e política das comunidades tuaregues ao longo do período pós-colonial também contribuiu para a penetração do islamismo. Privadas de recursos de desenvolvimento e de acesso às camadas dirigentes durante décadas, algumas comunidades tuaregues do norte desconfiam naturalmente dos apelos do governo contra o “inimigo islamista”.

“os grupos violentos como o AQMI utilizam um discurso contestatário e igualitário”

Na Argélia e em Marrocos, a questão pendente do “povo saharui” no Saara Ocidental cria desafios mais amplos. Os jovens que cresceram nos campos de refugiados saharauí enfrentam um futuro sombrio. É compreensível que muitos tenham sido tentados a explorar caminhos ideológicos ou comerciais mais atraentes.

Clãs. As rivalidades entre clãs também são importantes. Por exemplo, a chegada do movimento *Tabligh wa Da’awa* à região de Kidal, no norte do Mali, em fins da década de 1990, veio alterar antigos relacionamentos entre clãs. Enquanto uns aderiam à nova doutrina *Tabligh*, outros rejeitaram-na de imediato, especialmente devido a rivalidades históricas.⁸

Em suma, a actividade transfronteiriça ilegal, a militância islamista e outros fenómenos estão em mutação constante e são frequentemente reapropriados ou rejeitados pelos intervenientes locais que interpretam e entendem tais influências externas à luz das circunstâncias locais.

O PODER HASTEIA A BANDEIRA DA “SEGURANÇA” NACIONAL

As lutas de poder a nível local e nacional cruzam-se frequentemente. O regime mauritano, como os seus homólogos do Chade, Norte de África e, até certo ponto, do Níger, padecem de um défice de legitimidade. Sendo sistemas autoritários, todos eles são alvo de descontentamento interno e todos eles recorrem a uma mistura de repressão e cooptação dos opositores internos.

Nesse contexto, a “instabilidade” é instrumentalizada pelos poderes instalados, ou pelo menos por facções rivais dos regimes, para reforçar sua autoridade.

Identificar factores de instabilidade em regimes nos quais os militares são um agente político dominante exige uma análise muito atenta da dinâmica das facções no seio das forças de segurança.⁹ Os mauritanos, por exemplo, lembram-se bem dos conflitos entre dois primos do antigo Presidente Ould Taya entre 2003 e 2005, assim como de tensões mais recentes entre o actual Presidente Mohamed Ould Abdel Aziz e o seu primo e predecessor. Desde 1978 as lideranças têm mudado principalmente pela ocorrência de golpes de estado em que militares foram expulsos por outros militares, à excepção da eleição do Presidente Ould Shaykh Abdellahi em 2007. No entanto foi deposto e substituído 17 meses depois pelo seu chefe de estado-maior, General Ould Abdel Aziz, o que veio confirmar a regra. De facto, todos os golpes de estado recentes foram fomentados por colaboradores próximos do líder deposto. Neste contexto imprevisível, a prisão recente de oficiais mauritanos de alta patente acusados de narcotráfico não prova necessariamente que o governo esteja a reprimir a criminalidade. Por vezes é mais importante identificar os oficiais que não foram presos e saber quem ordenou as detenções.

A insegurança no Sahel é por vezes encarada pelos regimes em exercício como um recurso político. Durante o governo do Presidente Taya na Mauritânia, de 1984 a 2005, o regime instrumentalizou a insegurança para impor uma série de restrições, muitas delas em nome do combate ao terrorismo.¹⁰ Nos últimos cinco anos de governo de Taya, as forças de segurança da Mauritânia detiveram dezenas de pessoas sob suspeita de “actividades islamistas”, desde jovens acusados de pertencer a milícias até imãs e políticos da oposição, como o actual chefe do partido islâmico *Tawassoul*, que nunca apelou à violência mas defende a divulgação dos rendimentos dos políticos e dos agentes da autoridade. Além de silenciar intervenientes locais influentes, o regime conseguiu utilizar no estrangeiro o clima de medo para atrair apoios externos. Diversos países ocidentais, em particular os Estados Unidos e a França e, ainda a União Europeia, deram ao regime de Taya apoio financeiro, material e diplomático. Da mesma forma, os governos nigeriano e, em menor grau, do Mali invocaram

a “instabilidade” para silenciar os tuaregues e outras comunidades mas esta estratégia produziu muitas vezes o efeito contrário ao desejado, agravando simplesmente a animosidade contra o governo.

Há muito a aprender destas experiências. O golpe de 2008 foi amplamente condenado a nível internacional porque interrompeu abruptamente a transição democrática que muitos tinham aplaudido. No entanto, pouco tempo depois, a “insegurança” e a “instabilidade” foram invocadas para justificar o apoio ao novo “homem forte” de Nouakchott, o General Ould Abdel Aziz. Vários observadores referiram a possibilidade de o golpe de estado ter sido provocado por “diversos actos [de violência] ordenados para desestabilizar a presidência de Ould Abdellahi e destruir a sua credibilidade aos olhos dos parceiros estrangeiros, especialmente da França”.¹¹ Pouco após o golpe de estado, o General Ould Abdel Aziz acusou publicamente o presidente anterior de excessiva tolerância para com os islamistas afirmando ser o único em condições de garantir a segurança. A França manifestou-lhe rapidamente o seu apoio. Os Estados Unidos, o país que mais firmemente condenara o golpe, acabaram por conceder-lhe o seu apoio depois de o general organizar e vencer as eleições presidenciais em 2009. Em resumo, a bandeira da “instabilidade” hasteada pelos governos no Sahel esconde por vezes dinâmicas internas mais complexas.

AS RIVALIDADES REGIONAIS SOBREPÕEM-SE AOS INTERESSES COMUNS

A disputa em curso no Saara Ocidental, as revoltas tuaregues no Mali e no Níger (e indirectamente na Mauritânia), e a guerra civil argelina dos anos 1990 aos anos 2000 continuam a estar na base da insegurança aos níveis regional e nacional. Estes conflitos criaram uma “economia política de guerra”, caracterizada pelo comércio clandestino de armamento e mercadorias ilegais, o qual financia a actividade de comunidades e de agentes políticos através das fronteiras da Mauritânia e no Sahel em geral. As políticas locais adaptam-se e cruzam-se com as dinâmicas regionais. As rotas comerciais, por exemplo, são muitas vezes reconfiguradas de acordo com as necessidades dos grupos tuaregue e saaráui e da forma como estes se relacionam com os seus adversários do momento,

sejam eles governos regionais ou grupos rivais dentro das próprias comunidades. Assim, grupos de rebeldes inicialmente reunidos em torno de uma queixa política acabam por envolver-se em actividades criminosas desligadas da sua motivação essencial, como ilustra o rapto de estrangeiros pela AQMI para obtenção de resgates.

As rivalidades políticas entre vizinhos regionais também ajudam a explicar os motivos da instabilidade. Muitos conflitos africanos envolvem a presença de grupos armados, equipados e financiados por governos de países vizinhos ou facções desses governos. O estatuto ambíguo das comunidades saaráui desde o conflito no Saara Ocidental, nos anos 1970, assim como os combatentes antigos e no activo da Frente Polisário têm sido um pomo constante de discórdia entre Argel e Rabat e têm transformado periodicamente a Mauritânia num campo de batalha de substituição. Da mesma forma, sempre que há um golpe de estado na Mauritânia, espalham-se rumores sobre o papel desempenhado por Marrocos ou a Argélia.

Estas rivalidades regionais influenciam a interpretação de acontecimentos políticos aparentemente desligados, frustrando assim a cooperação e alimentando a suspeita. As leituras feitas da detenção, em Dezembro de 2010 na Mauritânia, de activistas da Polisário acusados de ligações comerciais à AQMI, é um bom exemplo. Houve quem concluísse que os argelinos tinham fechado os olhos aos seus “protegidos” da Polisário ou que, pior ainda, os tinham usado para ajudar a AQMI, grupo cuja própria existência contribui para a imagem da Argélia como campeã na luta contra o terrorismo. Para outros, as alegadas ligações entre a Polisário e a AQMI foram simplesmente uma mentira do governo marroquino para denegrir os seus adversários, a Frente Polisário e a Argélia. Mais uma vez, as rivalidades regionais dificultam a *interpretação* e *compreensão* do que está realmente a acontecer, e ainda mais a acção com base nessas informações.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Três recomendações gerais emergem do carácter pluridimensional da instabilidade na Mauritânia e, em termos gerais, do Sahel.

Evitar o pensamento do tudo ou nada e as respostas fáceis. A dicotomia tantas vezes apresentada entre a *estabilidade* oferecida pelos militares (por vezes

vestidos à civil) e a *violência* dos terroristas islâmicos é artificial. O mesmo pode dizer-se da polaridade entre o estado, por um lado, e os insurgentes e traficantes (ou seja, agentes *não-estatais*) por outro. Os decisores políticos e analistas devem dedicar mais tempo e recursos a estudar a complexidade de cada região. Entre os assuntos que importa analisar em detalhe contam-se o *espectro* das rivalidades entre as tribos especializadas no comércio ilegal, as tensões entre castas, a receptividade das etnias aos apelos islamistas, as rivalidades pessoais entre oficiais, a organização política e económica das comunidades do Sahel, como a tuaregue, e as complexas e por vezes contraditórias estruturas de lealdade, para com o estado (empregador), a tribo e interesses pessoais. Consagrar mais tempo a adquirir e manter um profundo conhecimento da região contribuirá para o envolvimento dos organismos internacionais e uma melhor definição das necessidades reais de cada região, além de reduzir o risco de os analistas serem manipulados por agentes locais que sabem “falar” com eles.

Construir lealdades mais fortes mediante o desenvolvimento genuíno e a sensibilização política em relação às comunidades marginalizadas. Durante décadas foi negado o acesso de algumas comunidades do Sahel aos círculos de tomada de decisão e planos de desenvolvimento. Tal exclusão das instituições do estado e dos processos políticos impediu o reconhecimento e a satisfação de interesses legítimos de forma transparente e não violenta, o que agravou a instabilidade em toda a região. Os programas de desenvolvimento sustentável, assim como as soluções políticas de inclusão, são particularmente relevantes neste contexto. O exemplo do reconhecimento oficial pelo governo do partido moderado islamista Tawassoul na Mauritânia, em 2007, foi particularmente construtivo. A exclusão deste partido moderado ao longo de cerca de 17 anos fomentou a oposição ao governo. Do ponto de vista socioeconómico, iniciativas no Mali como o Fundo de Investimento e Desenvolvimento para a Reabilitação Socioeconómica das Regiões do Norte do Mali são um bom começo. O mesmo pode dizer-se do Programa de Prevenção de Conflitos e de Consolidação da Coesão Social da Mauritânia, destinados aos refugiados Harkin e negros que regressam ao país. No entanto, os recursos canalizados para esses programas são claramente insuficientes. Sendo os países do Sahel dos mais pobres

do mundo, os parceiros internacionais têm um papel significativo a desempenhar nos programas de apoio destes países às comunidades marginalizadas.

Ao mesmo tempo, as acções de sensibilização não devem equiparar-se à militarização dessas áreas. Entre as comunidades locais uma maior presença de forças de segurança dos seus países—ou de parceiros internacionais —, em acções de sensibilização poderá ter o efeito contrário.

Apoiar os regimes políticos legítimos. Os parceiros internacionais devem dar um apoio firme aos regimes democráticos e aos regimes que estão a realizar reformas democráticas, ao mesmo tempo que pressionam aqueles que optam por políticas autoritárias. O desenrolar da Primavera Árabe confirma o que alguns países do Sahel e subsarianos sabem: os governos legítimos estão menos expostos (apesar de não estarem imunes) à oposição de grupos armados e melhor preparados para responder às exigências da sociedade. O Mali, por exemplo, enfrenta menos oposição violenta do que os regimes autoritários. A legitimidade democrática reduz o impacto dos apelos à *jihād* e a revoltas armadas, excepto em determinadas regiões onde, não por acaso, o regime tem um desempenho fraco, como sucede no Norte do Mali. Pelo seu lado, as autocráticas Mauritânia e Argélia têm sido um alvo directo, tanto de palavras como de actos. Os parceiros internacionais dos países do Sahel, assim como as organizações regionais como a União Africana e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, devem condenar, com firmeza e consistência, os autores de golpes de estado militares e chefes de estado inconstitucionais (como o ex-Presidente Tandja, do Níger) que ameaçam o desenvolvimento de instituições e práticas democráticas.

NOTAS

¹ *Shinqit* é o antigo nome usado no mundo árabe para designar grande parte do que é hoje a Mauritânia. Murabitun é o nome de um grupo local que acabou por invadir Marrocos e a Espanha em finais do séc. XI.

² Sobre as “representações” ocidentais das políticas da Mauritânia, consultar Cédric Jourde, “Constructing Representations of the ‘Global War on Terror’ in the Islamic Republic of Mauritania”, *Journal of Contemporary African Studies* 25, n° 1 (2007), 77–100.

³ Armelle Choplin, “From the Chinguetti Mosque to Dubai Towers”, *The Maghreb Review* 35, n°s 1–2 (2010), 146–163.

⁴ David Gutelius, “Islam in Northern Mali and the War on Terror”, *Journal of Contemporary African Studies* 25, n° 1 (2007), 70.

⁵ Zekeria Ould Ahmed Salem, “Prêcher dans le désert : l’univers du Cheikh Sidi Yahya et l’évolution de l’islamisme mauritanien”, *Islam et sociétés au sud du Sahara* 14–15, (2001), 6.

⁶ Judith Scheele, “Tribus, États et fraudes : la région frontalière algéro-malienne”, *Études rurales*, n° 184 (Julho–Dezembro de 2009), 91. Destaque adicionado.

⁷ Baz Lecocq e Paul Schrijver, “The War on Terror in a Haze of Dust: Potholes and Pitfalls on the Saharan Front”, *Journal of Contemporary African Studies* 25, n° 1 (2007), 159.

⁸ *Ibid.*, 149–150.

⁹ Abdel Wedoud Ould Cheikh, “Une armée de tribus? Les militaires et le pouvoir en Mauritanie”, *The Maghreb Review* 35, n° 3 (2010), 339–362.

¹⁰ Cédric Jourde, “The International Relations of Small Neauthoritarian States: Islamism, Warlordism, and the Framing of Stability”, *International Studies Quarterly* 51, n° 2 (Junho de 2007), 481–503.

¹¹ A. Antil e C. Lessourd, “Non, mon Président ! Oui, mon général ! Retour sur l’expérience et la chute du président Sidi Ould Cheikh Abdallahi”, *L’Année du Maghreb* 2009, V (2009), 382.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Vice-Gerente Regional:
Claude Toze
Telephone: 221 33 869 61 60
Email: TozeC@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telephone: 251 11 517 4000
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4039

